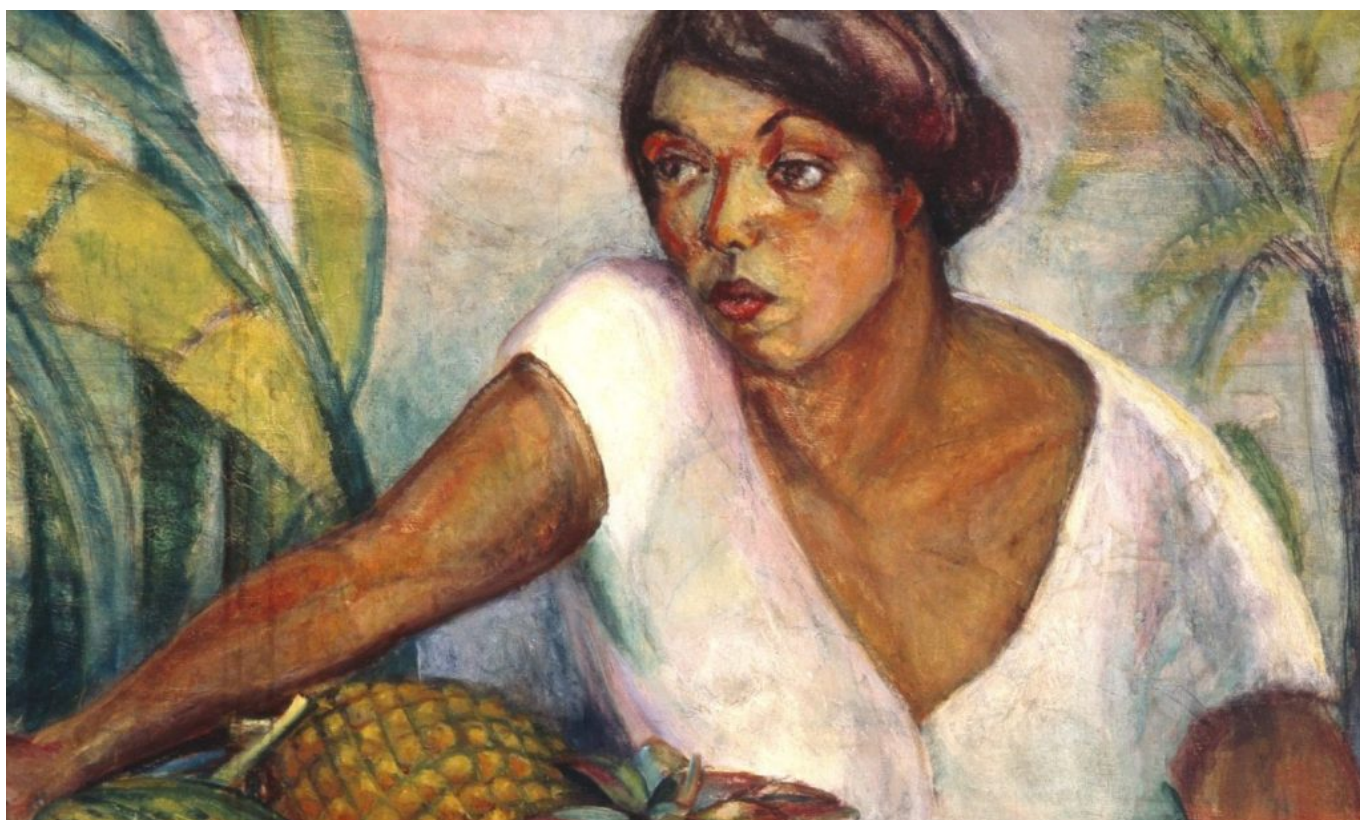


Como a economia de alimentos global mata crianças | Carta semanal 28 (2026)



Anita Malfatti (Brasil), *Tropical*, 1917.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em 4 de junho de 2026, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou uma **avaliação** devastadora sobre o estado dos sistemas alimentares mundiais. De acordo com as novas estimativas, baseadas em dados colhidos até 2021, alimentos não apropriados para consumo causam aproximadamente 866 milhões de doenças e 1,5 milhão de mortes por ano. Quase uma em cada nove pessoas no mundo adoece devido a alimentos contaminados, sendo que as regiões da África e do Sudeste Asiático juntas respondem por quase três quartos de todas as doenças contraídas por conta de alimentos e 60% das mortes globais. O fardo recai mais fortemente sobre aqueles que menos contribuíram para a crise: as crianças.

Crianças pequenas enfrentam um risco quase três vezes maior de adoecerem por contaminação alimentar em comparação com crianças mais velhas e adultos. Apesar de representarem apenas 9% da população mundial, menores de cinco anos sofrem quase um terço de todos os casos de doenças transmitidas por alimentos; em 2021, alimentos contaminados mataram 143 mil delas. Isso não é mera estatística. Representam vidas interrompidas por doenças evitáveis, famílias mergulhadas no luto e sociedades privadas do futuro que reside em seus membros mais jovens.



K. K. Hebbar (Índia), *Alma Faminta*, 1952.

A resposta convencional a tais descobertas é técnica. É dito que a segurança alimentar é uma questão de melhor inspeção, regulamentação mais forte, melhoria da higiene e monitorização eficaz. Essas medidas são importantes e necessárias. No entanto, não explicam por que centenas de milhões de pessoas continuam consumindo alimentos não apropriados para consumo, apesar de décadas de conhecimento acumulado sobre como prevenir a contaminação. Para compreender a persistência das doenças transmitidas pelos alimentos, devemos ir além das explicações técnicas e examinar a própria estrutura do sistema alimentar global.

O sistema alimentar dominante está organizado em torno da busca do lucro e não do **direito à alimentação**. Em grande parte do mundo, a produção alimentar foi transformada numa indústria altamente concentrada, dominada por grandes empresas do agronegócio, cadeias de supermercados, empresas de processamento de alimentos, de logística e instituições financeiras. Esse sistema, que procura principalmente maximizar o retorno do investimento, gera contradições que afetam diretamente a segurança alimentar de ao menos três formas principais.

Primeiro, a pressão para reduzir custos incentiva atalhos em toda a cadeia de abastecimento. Os trabalhadores são frequentemente empregados em condições precárias (mais de 80% dos empregos agrícolas na América Latina **carecem** de protecção formal e de segurança social), os sistemas de inspeção são subfinanciados e os produtores enfrentam intensa pressão para aumentar a produção e, ao mesmo tempo, reduzir as despesas. Os alimentos percorrem distâncias cada vez maiores através de cadeias de abastecimento globais cada vez mais complexas, criando mais oportunidades de contaminação e obscurecendo as condições em que foram produzidos.

Em segundo lugar, os sistemas alimentares capitalistas tendem a **externalizar** os custos. A degradação ambiental, a contaminação da água, as condições de trabalho inseguras e as consequências para a saúde pública são frequentemente tratadas como um problema de terceiros e não como responsabilidade de empresas privadas. Os custos sociais são suportados pelos trabalhadores, consumidores e sistemas de saúde pública, enquanto os lucros permanecem privados.

Terceiro, as desigualdades globais moldam os padrões de segurança alimentar. Não surpreende que os maiores fardos de doenças transmitidas por alimentos estejam concentrados em África e no Sudeste Asiático, uma vez que essas regiões continuam sofrendo os efeitos a longo prazo do subdesenvolvimento colonial, da dependência da dívida, de infraestruturas públicas inadequadas e de uma integração desigual na economia global. Os alimentos inseguros não são, portanto, apenas uma questão de saúde: são uma manifestação de desenvolvimento desigual.



Gobardhan Ash (Índia), *Fome de Bengala*, 1943.

A morte de dezenas de milhares de crianças todos os anos revela a falência moral desse acordo. Uma sociedade que permite que crianças morram de doenças evitáveis de origem alimentar falhou numa das suas obrigações mais fundamentais. Essas mortes são especialmente trágicas porque as soluções são amplamente conhecidas. A OMS identifica o acesso à água potável, ao saneamento, às práticas de segurança alimentar, aos cuidados de saúde e à regulamentação pública eficaz como ferramentas críticas para reduzir a mortalidade. Estas intervenções exigem investimento público e compromisso político e não podem ser deixadas apenas às forças do mercado. No entanto, instituições como a Organização para a Alimentação e a Agricultura continuam promovendo modelos de parceria público-privada que não conseguiram enfrentar as raízes estruturais da fome e dos alimentos inseguros.

A questão não é apenas a contaminação por bactérias e vírus. Os sistemas alimentares contemporâneos expõem as populações a uma gama mais ampla de perigos, incluindo produtos químicos tóxicos, metais pesados e poluentes industriais. As **novas estimativas** da OMS reconhecem cada vez mais o fardo a longo prazo das doenças crônicas associadas a substâncias nocivas no abastecimento alimentar. As consequências vão além da doença imediata, abrangendo incapacidades permanentes, deficiências de desenvolvimento e redução da qualidade de vida.



Cheong Soo Pieng (Singapura), *Vendedores de Satay*, 1958.

Além disso, a segurança alimentar não pode ser dissociada da crise mais ampla dos sistemas alimentares. Em todo o mundo, milhões sofrem de fome, enquanto outros enfrentam obesidade e doenças relacionadas à alimentação. Os agricultores são levados ao endividamento, enquanto as corporações alimentícias acumulam um poder de mercado sem precedentes. A produção agrícola contribui para a destruição ecológica, ao mesmo tempo que as mudanças climáticas ameaçam as colheitas. O mesmo sistema que gera insegurança alimentar também gera alimentos inseguros. A contradição é gritante. A humanidade possui o conhecimento científico, a capacidade produtiva e os meios tecnológicos para garantir alimentos seguros para todos. No entanto, sob os arranjos econômicos vigentes, essas capacidades são subordinadas à lucratividade em vez da necessidade humana.

As conclusões da OMS devem ser lidas não apenas como um alerta sobre contaminação, mas como uma denúncia de uma ordem alimentar global que continua expondo milhões de pessoas a doenças e mortes evitáveis. Quando uma criança morre porque a comida é imprópria para consumo, a causa nunca é simplesmente uma refeição contaminada. Por trás dessa refeição, existe uma cadeia de decisões políticas e econômicas sobre investimento, regulamentação, infraestrutura, propriedade e prioridades sociais. As doenças transmitidas por alimentos são biológicas em sua manifestação imediata, mas sociais em suas origens. O desafio que a humanidade enfrenta não é apenas tornar os alimentos mais seguros. É construir sistemas alimentares organizados em torno do cuidado, e não do lucro, da saúde pública, e não da acumulação privada, e da dignidade humana, e não da eficiência de mercado. Só então a promessa de alimentos seguros para todos poderá se tornar uma realidade, e não apenas um slogan.



Uche Okeke (Nigéria), *Ana Mmuo* (Terra dos mortos), 1961.

Aqui estão cinco reformas simples do sistema atual para criar um sistema alimentar seguro e justo:

1. **Investimento público universal em água, saneamento e saúde:** Garantir o acesso à água potável, infraestrutura sanitária e atenção primária à saúde, especialmente em comunidades rurais e de baixa renda, onde a incidência de doenças transmitidas por alimentos é maior.
2. **Fortalecer as instituições públicas de segurança alimentar:** Expandir os sistemas de inspeção de alimentos, a capacidade laboratorial, as redes de vigilância epidemiológica e os órgãos reguladores, protegendo-os, ao mesmo tempo, de cortes orçamentários e da influência corporativa.
3. **Apoiar sistemas alimentares territoriais e de pequena escala:** Investir em agricultores locais, cooperativas, programas de compras públicas e cadeias de suprimentos mais curtas que aumentem a transparência, a resiliência e a responsabilidade.
4. **Democratizar a governança do sistema alimentar:** Reduzir a concentração corporativa no agronegócio e no varejo de alimentos, fortalecer a participação de trabalhadores e agricultores e garantir a supervisão pública da produção e distribuição de alimentos.
5. **Reconhecer a segurança alimentar como um direito humano:** Estabelecer compromissos nacionais e internacionais vinculativos que tratem o acesso a alimentos seguros e nutritivos como um direito social fundamental, e não como uma mercadoria de mercado.

Em conjunto, essas reformas se baseiam em um princípio simples: a alimentação é um bem social, não apenas uma mercadoria. Elas reconhecem que o direito a alimentos seguros é inseparável do direito à vida.

É fácil descartar essa abordagem como ingênua. Mas será mero idealismo insistir que nenhuma criança deveria morrer de doenças transmitidas por alimentos e que poderiam ser evitadas?



Malangatana Valente Ngwenya (Moçambique), *Última Ceia*, 1964.

O relatório da Organização Mundial da Saúde intensificou minha amargura em relação à insensibilidade do sistema capitalista. Lembrei-me de “Civilização”, um breve poema do grande jornalista e poeta moçambicano José Craveirinha (1922–2003):

Antigamente
(antes de Jesus Cristo)
os homens erguiam estádios e templos
e morriam na arena como cães.
Agora...
também já constroem Cadillacs.

Cordialmente,

Vijay

